

SELETA

COLONIZAÇÃO E RELIGIÃO NO NORTE DO BRASIL

Robert SOUTHEY

(...) Menos ativos não haviam sido entretanto os portugueses em alargar-se, partindo do Pará em diferentes direções pelos rios acima. Se na verdade considerarmos quão estreita nesga de terra constitui o reino de Portugal... sobre tão pequeno tão mal povoado... e como ele, em parte por fanatismo, em parte por desconfiança, e em parte também por esse orgulho que no caráter nacional lhe predomina, nenhum auxílio para as suas colônias queria tirar do excesso de população e atividade doutros países, acharemos terem feito os brasileiros talvez maiores e mais rápidos progressos, em proporção dos seus meios, do que colonos alguns doutra qualquer nação. Com tanta ignorância e falsidade têm os portugueses, e especialmente os portugueses americanos, sido acusados de frouxidão e indolência! Tinham-se estabelecido tão longe pelo Amazonas acima, que suscitaram com a Espanha muitas questões sobre limites e alguns remotos receios a respeito da segurança do Peru. Tinham penetrado pelo rio Negro, e daqui por uma cadeia de rios e lagoas, até averiguarem o fato extraordinário duma comunicação entre o Amazonas e o Orenoco, alcançando com as suas canoas as missões espanholas.

Não havia por esse tempo uma só tribo hostil sobre as margens do Amazonas, por todo o seu curso, tendo-se todas ou sujeitado aos missionários ou retirado para o sertão, fugindo aos seus incansáveis perseguidores. Os que, cansados da vida monótona das aldeias ou dos

trabalhos que deles se exigia ali, voltavam aos antigos hábitos, não se sentiam seguros, enquanto se não viam bem longe pelo país dentro. Muitos não paravam senão no território francês da Guiana, onde por todos os meios os induziam a domiciliar-se, redondando em abono dos missionários portugueses terem os jesuítas franceses achado estes índios bem instruídos nos princípios da fé.

A direção da transmigração seguida pelos indígenas fugindo dos portugueses parece, em geral, ter sido do Sul para o Norte. As tribos tupis de Pernambuco descaíam sobre o Maranhão. Da raça de mulheres guerreiras, a favor de cuja existência são os testemunhos por demais numerosos e coerentes, para a podermos negar de leve, ouvira-se falar primeiramente no coração do continente, e depois como atravessando o Amazonas na direção da Guiana. E na parte superior deste rio foi La Condamine encontrar os índios de orelhas cortadas que tinham desaparecido do Paraguai.

Da sua prosperidade dava evidentes sinais a cidade de Belém, ou do Pará, como vulgarmente a chamam. Quando vindo de Quito ali chegou La Condamine, pareceu-lhe, diz ele, como se o tivessem transportado para a Europa, vendo-se numa cidade grande, com ruas regulares, casas alegres construídas de pedra, tanto cantaria como alvenaria e magníficas igrejas. No correr dos trinta anos anteriores fora ela quase inteiramente reedificada, substituídas as antigas habitações por maiores, mais cômodos e mais sólidos edifícios. Descortinado o país e convertido em pastos o que fora matagal fechado, melhorara tanto o clima achado perniciosíssimo pelos primeiros colonos, que mais do que qualquer das capitais do Sul se tornara salubre esta cidade. Faziam as bexigas contudo grandes estragos, sendo a moléstia mais fatal aos índios recentemente reduzidos, que andavam nus, do que aos nascidos entre os portugueses, ou desde muito domesticados e, portanto, afeitos ao uso da roupa.

A razão disto entendeu La Condamine que seria não poder a doença sair tão facilmente pela endurecida pele daqueles, devendo de mais a mais o costume das unturas com substâncias oleosas obstruir os poros e aumentar a dificuldade, suposição corroborada pelo fato de suportarem melhor a enfermidade os negros, que não tinham tal costume. Pelos anos de 1750 encontrou um missionário carmelita alguma coisa

sobre inoculação numa gazeta que lhe veio às mãos na sua missão perto do Pará. Metade dos seus levara-lhos esta terrível enfermidade: vacinou o resto, não perdeu mais nenhum. Com igual resultado lhe seguiram o exemplo todos os seus irmãos no rio Negro. Estátuas mereciam tais homens... e nem os nomes lhes conservou La Condamine.

Muito mais do que as espanholas sobre o mesmo rio floresciam as aldeias portuguesas do Amazonas. À sua comunicação com o Pará o deviam estas, sendo todas as relações com os seus mais ativos vizinhos vedadas aos espanhóis, aos quais era pois único mercado Quito, lugar mui mal suprido de gêneros europeus, sobre ficar separado dos estabelecimentos ribeirinhos por longos e montanhosos caminhos. Enquanto, pois, nas aldeias espanholas não passavam de miseráveis palhoças tanto igrejas como habitações, construídas de varas e vimes, vivendo todo o povo destituído não direi só de todas as comodidades mas até das decentes conveniências da vida, viam-se nas portuguesas as igrejas e casas dos missionários bem construídas de pedra, vestindo as mulheres camisas da Bretanha.

Em comunhão como guaranis não viviam os índios: tinham sua propriedade particular, e visto possuírem também caixas com chave e fechadura forçoso é concluir que teriam eles com alguns dos vícios contraído algumas das necessidades duma sociedade adiantada. Navalhas, agulhas, tesouras se encontravam nestas missões mais de duas mil milhas pelo rio acima, e pentes e espelhos, tudo coisas conjuntamente sintomas e instrumentos da civilização. O artigo principal que em troca davam estes índios era o cacau. Nas aldeias espanholas se continuou a fazer uso da canoa dum só tronco ocado. Os portugueses converteram este pau em quilha, fizeram-lhe cavernas que ligaram com tabuado, e armando-lhe à popa uma camarinha, construíram o leme de modo que jogasse livremente. Sessenta pés de comprimento mediam algumas destas embarcações, sete de largura e três e meio de fundo. Havia-as que requeriam quarenta remadores. A maior parte tinha dois mastros, que, predominando o vento leste de outubro a maio, eram de grande préstimo para subir o rio.

Acima do rio Negro todas as aldeias ficavam à margem direita, que, mais alta do que a outra, não era sujeita a inundações. Eram dirigidas pelos carmelitas, bem como as formadas sobre o mesmo rio

Negro, abaixo de cuja embocadura principiavam as missões dos jesuítas. Receberam estes religiosos ordem do governador Luís de Vasconcelos Lobo para fundar duas aldeias acima daquele ponto, uma à margem direita do Amazonas, entre a boca oriental do Javari e a aldeia carmelita de São Pedro, e à foz ocidental do grande rio Japurá, a outra. Deram-se por ofendidos os carmelitas, especialmente a respeito do aldeamento à margem direita, que consideravam dentro da sua demarcação, e apresentaram um memorial dizendo acharem-se perto daquela localidade pelo que mais facilmente que os jesuítas poderiam executar as ordens do governador. Não foi a representação atendida. Entre os selvagens reunidos pelos jesuítas na nova aldeia, muitos havia desertados das missões carmelitas, circunstância que vinha agravar a má vontade naturalmente suscitada pela preferência dada a uma ordem rival. Reclamaram os carmelitas estes fugitivos como ovelhas desgarradas do seu curral e rebanho, mas responderam os jesuítas que sendo livres os índios pelas leis de Portugal, tinham inteiro direito de escolher o lugar da sua residência. Longe estava este raciocínio de poder satisfazer a parte ofendida, que, em desforra, mandou uma coluna de seus índios comandados por dois homens brancos a assolar de noite as plantações do novo estabelecimento. Não podia entrar em dúvida ter esta maldade partido dos carmelitas, um de cujos membros, Fr. João de São Jerônimo, é acusado de ter dado a ordem para o atentado. Em revindicta queriam os índios dos jesuítas pôr fogo a São Pedro e exterminar os seus inimigos, mas tiveram os padres bastante autoridade para contê-los, não resultando, portanto, conseqüências mais funestas.

Notório todavia fora o escândalo, que ao povo do Pará deu ocasião de chamar a este negócio a guerra dos carmelitas e jesuítas. Com o alvará de Pedro II, que admitia outros religiosos a tomar parte com ela na administração dos índios, diminuía muito a sanha popular contra esta última ordem, a mais ativa dentre todas e, nos últimos tempos, decididamente a mais meritória. Depois deste alvará não se excitaram mais tumultos contra os jesuítas nem no Pará nem no Maranhão, mas continuavam sempre as queixas contra o zelo que mostravam pela liberdade dos índios, alegando-se consultarem eles nisto com grande dano do Estado mais o próprio interesse do que o proveito dos portugueses. Ainda desejavam, pois, os fazendeiros expulsá-los

completamente, transferindo as aldeias destes padres para as ordens mais condescendentes, com cujo procedimento estavam satisfeitos.

Uma só armada não dava à vela para Lisboa sem levar queixas dos dois senados e dos moradores, clamando todos que se arruinava o Estado por falta de escravos, e que o efeito da mais que escrupulosa religião dos jesuítas era deixar o povo sem pão. Chegou o senado do Maranhão até a mandar um procurador que repetisse as antigas acusações. De modo nenhum estava D. João V disposto a dar crédito a estas tantas vezes confundidas calúnias, contudo recebeu o desembargador Francisco Duarte dos Santos alçada para tomar conhecimento da matéria. Declarou este juiz falsíssimas as acusações, sendo só a instâncias dos jesuítas que os caluniadores escaparam ao castigo que El-rei lhes mandava dar. Nenhum receio de calúnias ou ódios parece na verdade ter jamais podido no Maranhão desviar os jesuítas do leal cumprimento dos seus deveres. Incansáveis representavam à Corte ser a total abolição da escravidão dos índios o único remédio aos males do Estado, dizendo que por causa da tirania dos portugueses emigravam os naturais aos bandos para o território espanhol; emigravam também para as possessões da França, mas abolida a escravidão, todas estas tribos ficariam dentro dos limites portugueses, tornando-se filhos d'El-rei, termo com que sempre costumavam os índios exprimir a sua sujeição.

Diferiu o sistema dos jesuítas no Maranhão e Pará essencialmente do de seus irmãos do Paraguai e do coração do continente. No Paraguai tinham-se eles tornado senhores da terra, podendo dentro do distrito defeso legislar segundo as suas próprias idéias de política cristã, e nas missões dos Chiquitos e Moxos, apesar de não terem adotado o princípio da comunhão, viviam igualmente independentes. No Maranhão, porém, o princípio pelo qual os compeliam a modelar as suas instituições, era o de tornar os índios prestadios aos portugueses. Em São Luís e Belém abriam-se registros dos índios existentes nas aldeias, com declaração dos nomes de todos quantos eram capazes de prestar serviços, da idade de 13 a 50 anos. Todos os dois anos se renovavam estes registros, que deviam ser atestados sob juramento pelos respectivos missionários, distribuindo o governador conforme estas listas pelo prazo de seis meses os pobres índios, que com impudente hipocrisia se chamavam livres, e expedindo ordem por escrito ao

missionário para entregar tantos índios ao lavrador nela nomeado. Durante o outro meio ano podiam os índios servir querendo, havendo efetivamente muitos que preferiam este serviço à vida que levavam nas aldeias, onde, com menos trabalho tinham mais sujeição.

Na estação própria saía o maioral da aldeia com outros índios a determinar a parte da respectiva sesmaria que devia ser cultivada para o ano seguinte, sendo mais fácil descortinar novo terreno do que fertilizar aquele de que já se tirara uma colheita. Era a área então repartida entre os índios, a cada um conforme os membros de sua família; lutavam, porém, os missionários com grandes dificuldades para induzí-los a cultivar seus prazos, vendo-se por vezes obrigados a empregar meios compulsórios. Ao apanhar-se a colheita, era cada chefe de família obrigado a reservar ampla provisão para a sua casa; aliás com a falta de previdência que caracteriza os selvagens, venderia ele tudo, e então teria o missionário ou de sustentá-lo ou de deixá-lo ir à cata de subsistência pelas florestas, donde provavelmente nunca mais voltaria.

(...) Concediam os reis de Espanha nas suas colônias um estipêndio anual aos jesuítas. Não faziam o mesmo os reis de Portugal, e eram os colégios do Maranhão em demasia pobres para poderem com as despesas das missões. Podia, pois, nas aldeias cada jesuíta pelo mesmo prazo e igual salário que qualquer fazendeiro empregar vinte e cinco índios em apanhar cacau, salsaparilha, especiarias indígenas e outros produtos silvestres. Para este serviço havia uma canoa em cada uma das aldeias da Companhia, 28 ao todo. O arrais, que sempre era branco, recebia um quinto da colheita para si, aplicando-se os outros quatro quintos às despesas da missão nas expedições para redução de índios, medicamentos que saíam consideravelmente caros e alfaias de igreja, pois que eram os templos ostentadamente ornados. Dinheiro ainda o não havia no Maranhão, tendo os jesuítas de remeter para Portugal gêneros em troca do que de lá careciam, e sobre este fundamento assentou a calúnia de estarem eles monopolizando comércio daquela capitania e da do Pará.